



# PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO XI N.º 118 — SÃO PAULO, JUNHO DE 1967 — REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191. — SALA 2 — CAIXA POSTAL — 6248

## A viagem do Papa a Fátima

Não é ainda possível proceder-se ao balanço geral das reações provocadas pela recente visita do Papa Paulo VI a Fátima no dia 13 de maio. Entretanto, na imprensa europeia vieram a lume várias opiniões exprimindo a posição quer de eminentes personalidades católicas quer de forças políticas portuguesas. Na impossibilidade de reproduzirmos todos esses pronunciamentos, publicamos neste número dois dos mais expressivos: o de Jean Marie Domenach, diretor da Revista "L'Esprit"; e o do dr. Ramos da Costa, dirigente da Ação Socia-

lista — ambos divulgados por "Le Monde", de Paris.

### A POSIÇÃO DA FPLN

A Frente Patriótica de Libertação Nacional logo que a Secretaria de Estado do Vaticano confirmou a visita, enviou a Paulo VI o seguinte telegrama: "Na oportunidade da peregrinação de Vossa Santidade a Fátima vimos solicitar intervenção favor vida e liberdade prisioneiros políticos portugueses, extinção campos de concentração coloniais, abolição censura política imprensa e meios de

informação aplicada em Portugal há quarenta anos, cessação medidas interdição permanente em Portugal bispo Porto, monsenhor Ferreira Gomes, anulação perseguição judiciária Cooperativa cultural Pragma, respeito pelo governo Salazar de direitos associativos, liberdade religiosa, liberdade civil no espírito do Concílio Ecumênico, cessação medidas policiais contra padres nacionalistas angolanos com residência fixa Portugal e impedidos regressar Angola, respeito decisões ONU direito independência povos sob dominação colonial portuguesa,

paz em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. Respeitosamente — Frente Patriótica de Libertação Nacional de Portugal.

### TELEGRAMA DO CAPITÃO SARMENTO PIMENTEL

O capitão João Sarmento Pimentel, presidente do Centro Republicano Português de São Paulo dirigiu, por sua vez, a Paulo VI o seguinte telegrama: "Interpretando os sentimentos de muitos milhares de Portugueses do Brasil, venho, como católico e democrata, manifestar a esperança de que

Vossa Santidade ao orar em Fátima pela Paz do Mundo, tenha presente o drama do próprio povo português, envolvido numa mortífera guerra colonial, submetido faz quarenta anos a uma cruel tirania, atirado para as prisões e privado do exercício dos direitos mensagem de Cristo à Humanidade".

### MEMORIAL DA JPP DE CARACAS

A Junta Patriótica Portuguesa de Caracas enviou um extenso Memorial a Paulo VI. Neste documento faz-se o histórico das últimas perseguições de Salazar a membros da hierarquia da Igreja que ergueram as suas vozes contra as iniquidades do fascismo e pede-se ao Papa a suspensão da visita a Fátima. Assinam o memorial, pela JPP, os membros da Comissão Executiva, Ruy de Carvalho, António Gomes da Silva e João Lopes.

### "LE MONDE" RECORDA...

Na sua edição de 8 de Maio, o diário parisiense "Le Monde", em correspondência de Lisboa, escreveu: "A notícia da próxima viagem de Paulo VI a Fátima provocou uma grande emoção em certos meios católicos portugueses onde se tem presente que vários padres de Angola foram transferidos para Portugal onde se acham submetidos a um regime de residência obrigatória e vigiada. Efetivamente, por ordem das autoridades civis, acham-se confinados em estabelecimentos religiosos cujos superiores estão encarregados de impedir que eles se entreguem a qualquer atividade "ilegal".

Esses "detidos" de um gênero peculiar são o padre Alfredo Osório Gaspar, no Seminário dos Irmãos do Espírito Santo, em Viana do Castelo; o padre Domingos António Gaspar, no presbitério da Igreja da Madalena, em Lisboa; o cônego Franklin da Costa, R. São João do Couto, 29, em Braga; o padre Martinho Samba, no Seminário Franciscano de Montariol; o padre Joaquim Pinto de Andrade, irmão de Mário de Andrade, dirigente do Movimento Popular de Libertação de Angola, no Seminário de Nossa Senhora da Boa Nova, em Valadares; o padre Lino Guimarães, na Igreja São João de Brito, em Lisboa; e o padre Alexandre do Nascimento, na rua de São Filipe Nery, em Lisboa.



Um aspecto da grande assistência que compareceu no salão da Livraria Brasiliense, no dia 16 de maio, em São Paulo, para prestigiar o lançamento do livro "Angola, Cinco Séculos de Exploração Portuguesa", do revolucionário angolano Américo Boavida, militante do M.P.L.A. O ato foi presidido pelo Embaixador da República Argelina Democrática e Popular e contou com a presença dos cônsules gerais da República Arabe Unida e da República Arabe Síria (v. pág. 8)

## AMNISTIA QUE NÃO HOUEVE

O Governo fascista português mobilizou todo o seu aparelho de propaganda para tirar vantagens políticas da viagem do Papa a Fátima. Esse imenso esforço resultou em grande parte inutil. Em quase todas as frentes em que a ofensiva mistificadora se desenvolveu, saldou-se por malogros expressivos. E nesse contexto que se deve inserir a farsa da amnistia.

Nas vésperas da visita de Paulo VI, o SNI começou a fabricar boatos e as agências internacionais principiaram a transmitir para o Exterior opiniões de fontes oficiosas sobre a "ampla amnistia" que estaria prestes a ser decretada. No dia 12, porta-vozes do governo iam mais longe e explicavam que a decisão de uma "generosa amnistia" fôra tomada por Salazar para "assinalar com um significativo gesto de clemência a vinda do Santo Padre a Portugal, a fim de festejar, assim, as aparições de N. Sa. de Fátima". E os telegramas de Lisboa falam de "inumeros casos abrangidos pelo decreto iminente".

No dia 13 a montanha pariu o rato. Não conhecemos ainda o texto integral do decreto — bastante extenso ao que parece — mas, com base nas transcrições vindas a lume, pode-se desde já afirmar com absoluta segurança que a tão propagandeada amnistia é uma farsa. São abrangidos pela clemência fascista os autores de alguns delitos comuns e certas categorias de refractários e desertores, desde que se apresentem às "autoridades" antes do dia 13 de outubro, cinquentenário de uma das efemérides de Fátima. E é tudo. Quer dizer: nada! O decreto é bem explícito num ponto: aquele em que se alude à necessidade de "salvaguardar a segurança coletiva" e aquilo a que chama "os valores essenciais da coletividade". Traduzidas em linguagem comum, essas expressões significam que nem um só preso político — inclusive aqueles que já cumpriram as suas

penas — será pôsto em liberdade. Por outro lado, nem um só soldado ou oficial, dos muitos que atulham as prisões militares, será beneficiado pela amnistia comemorativa "das aparições de Fátima".

Não era possível outra conduta da parte do fascismo. Só os ingenuos, só os partidários de um impossível diálogo com os carrascos do povo português, só os anti-salazaristas que não foram nem querem ser anti-fascistas poderiam alimentar a ilusão de que o regime decretaria realmente uma amnistia digna desse nome. A luta em Portugal está posta em termos que não se prestam mais a confusões. É a nós, anti-fascistas do Interior e do Exterior, que cabe arrancar dos presídios os patriotas, civis e militares, que neles se acham pelo seu amor à liberdade. Do fascismo nada há a esperar, em campo algum. Nossa tarefa é combatê-lo em todas as frentes, denunciar perante a opinião publica internacional mistificações como esta farsa da amnistia, elevar a um nível superior a unidade e a organização das forças anti-fascistas, criar numa palavra as condições mais favoráveis para a insurreição nacional e popular que o há-de derrubar.

Não houve nem podia haver amnistia. Continuemos, pois, intensifiquemos a campanha pela Amnistia. Exijamos a libertação dos heróis do povo português e dos patriotas africanos encarcerados em Peniche, em Caxias, na PIDE do Porto, no Terrafel, nos campos de concentração de Moçambique. Que a farsa abjeta de Salazar nos sirva de estímulo para a luta em prol da AMNISTIA E CONTRA A REPRESSÃO.

PORTUGAL  
DEMOCRATICO

### NESTA EDIÇÃO:

- Apelo das famílias dos presos políticos ao Papa — pág. 5
- Solidariedade aos estudantes — pág. 7
- O escândalo dos passaportes — pág. 5
- A caminho do caos — pág. 3

# O LUGAR DA JUVENTUDE

Não podem limitar-se os democratas a uma verbal e imprecisa condenação do crime fascista contra a juventude de Portugal. É necessário falar aos jovens, às raparigas e aos rapazes da nossa terra, com clareza, sem paternalismo, a linguagem das nossas dificuldades, das nossas intenções, das nossas perspectivas e das nossas esperanças. É preciso definir uma política em relação à juventude. É preciso trazer a juventude, não só à primeira linha do combate, como às reuniões e aos organismos onde se tomam decisões, onde se pensa a tática e define a estratégia da luta de libertação nacional, e à própria direcção efectiva da batalha por um Portugal livre e democrático.

Não se trata simplesmente de passar um facho nesta estafeta histórica da luta contra o fascismo, o colonialismo, a guerra, a dominação estrangeira e o obscurantismo cultural. Não se trata simplesmente de trazer sangue novo às nossas velas, energias novas às nossas fileiras. Não se trata só de renovar quadros e estruturas de organização. Não se trata, também, de transferir responsabilidades e de lançar para as situações de risco os mais jovens. Trata-se de imprimir uma nova mentalidade a uma digna e irredutível resistência de que legitimamente nos orgulhamos. Trata-se de chamar às responsabilidades de decidir e escolher a via que conduzirá à Liberdade, os que terão que a percorrer, os que terão que levar a cabo, arriscando dia a dia a própria vida, as tarefas mais duras na luta de libertação nacional.

Numa palavra: trata-se de consagrar de direito o que será sempre a realidade no plano dos factos. Mas porque repelimos, a um tempo, o paternalismo e a demagogia, devemos ser claros e dizer à juventude que nas fábricas e nos campos, nas escolas e nos quartéis, os jovens, só por serem os mais novos, não constituem uma vanguarda no plano teórico, doutrinal, ideológico. Poderão, se quiserem, e é seu dever quererem desempenhar esse papel, ser o destacamento de vanguarda no combate. E poderão ser uma vanguarda de direcção política aqueles jovens que, por condição social e preparação efectiva, como tal se impuserem.

Nenhuma revolução se fez sem a juventude a combater. E, quando a juventude participa na direcção, as revoluções fazem-se mais depressa.

Mas, no nosso Portugal, há juventude e juventude. Há juventude da cidade e juventude dos meios rurais. Há juventude, que não entrou nas escolas, secundárias ou técnicas, porque transitou da escola primária para as oficinas e para as fábricas. Há juventude camponesa. Há juventude estudante e juventude universitária.

De um modo geral são conhecidas e têm tido divulgação nacional e internacional, as lutas dos estudantes. E de um modo geral não têm tido eco na nossa propaganda política a resistência, as reivindicações e os problemas da juventude operária, da juventude camponesa e dos milhares de jovens que nas lojas e nos escritórios conhecem logo, em plena adolescência, a dura exploração patronal, e a incompreensão e o desprezo da sociedade hierarquizada e constituída pelos seus problemas de preparação, de desenvolvimento físico e espiritual, de vida.

Quando se afirma que os jovens são o Portugal de amanhã, diz-se uma coisa certa, irrefutável, comandada pelo ritmo dos dias e da história. Mas esquecem-se os pregadores de boas palavras que o Portugal do futuro se deve cons-

truir a partir do presente, e, que é hoje, hoje mesmo, que os jovens devem assumir a consciência dessa missão e a responsabilidade prática dessa tarefa histórica e patriótica.

Quando se fala de juventude, é preciso não esquecer os jovens trabalhadores. A unidade da juventude passa também pela unidade, no lugar de trabalho, dos jovens assalariados das oficinas e das fábricas, das lojas e dos escritórios, dos jovens assalariados agrícolas.

Quando falamos de juventude, pensamos nos estudantes valentes e perseguidos das três universidades do país, mas nunca esquecemos que a imensa maioria das novas gerações não passou mais de quatro ou cinco anos nas escolas. Nunca esquecemos os jovens trabalhadores. Ao afirmarmos que, a juventude deve ser chamada à primeira linha de combate e à responsabilidade das decisões, seria cometer um erro grave — um vício de classe imperdoável — ter os olhos postos nas três universidades e nos núcleos de estudantes que, perseguidos, escolheram o exílio à prisão, e nos que para não

fazerem a guerra colonialista se expatriaram. Igual é a sorte, dos jovens trabalhadores portugueses: emigrantes aos milhares, refractários e desertores aos milhares.

Em muitas aldeias e vilas de Portugal, a população envelheceu súbitamente: porque alguns foram para a guerra, porque muitos disseram não à guerra.

Na luta pela democracia deve a juventude ter uma participação efectiva e fundamental. Cabe-lhe trazer à luta a sua energia e o seu entusiasmo. Cabe-lhe assumir responsabilidades que correspondam às tarefas de cada momento.

Só poderão falar em nome do progresso e do futuro aqueles que, chamando os jovens a tomar um lugar na acção, lhes abrirem rasgadamente acesso à direcção.

A juventude não é, bem o sabemos, em si mesma uma virtude, mas é, em si mesma, a garantia de que os velhos erros poderão ser corrigidos, ou que não serão repetidos, a garantia de que as metas fixadas por cansaço serão ultrapassadas por decisão consciente e com entusiasmo verdadeiro.

## PEQUENAS NOTÍCIAS

● O 1.º Cabo JOSÉ CATARINO, que desertou do Exército colonialista, declarou que, em Moçambique, "no mato ninguém obedece aos oficiais. O Oficial que tenta forçar o soldado a penetrar numa região considerada perigosa, arrisca a vida".

● O Prof. Paulo Cunha sofre de avançada perturbação mental. Apesar de ser um caso clínico de paranoia típica, o governo impede o seu internamento num hospital de alienados para evitar o descrédito.

● As comissões de unidade dos pescadores do Algarve estabeleceram as reivindicações mínimas para toda a classe piscatória do Sotavento algarvio: 10 contos até 100 contos de pescado; 12 contos de 100 contos para cima.

● Em Angola, na Frente Sudeste, um comando do MPLA abateu a 20 de fevereiro, um agente da PIDE e dois colaboradores angolanos.

● Foi nomeado para chefiar o posto da PSP no Alentejo um tal VITOR ANTONIO JULIO RAMALHO, esbirro já condecorado pelo fascismo pelo seu zelo nas perseguições e prisões de elementos anti-fascistas.

● Em todo o País intensifica-se a campanha de protesto dos vitivinicultores contra a taxa de \$40 sobre cada litro de vinho imposta pelo governo.

● 25 lavradores da freguesia de Torreda, em Viseu, dirigiram um abaixo assinado a Salazar e aos ministros da Economia e das Finanças, reclamando a redução dos impostos que pesam sobre a lavoura.

● De Norte a Sul de Portugal lavra nas aldeias a maior revolta contra a nova lei do serviço militar que baixou o recenseamento dos jovens para os 18 anos e a incorporação para os 20, alargando o tempo de serviço até 3 e 4 anos, conforme os casos.

● Em Timor, vários soldados naturais da colónia desertaram.

● Os portuários não sindicalizados enviaram uma exposição com 600 assinaturas ao ministro das Corporações, apresentando as suas reivindicações.

● No Ministério da Marinha são péssimas as condições existentes nas casernas das praças.

Os marinheiros dormem no chão em macas.

● 500 marinheiros do Arsenal do Alentejo fizeram um levantamento de rancho para protestar contra o mau estado do peixe que lhes serviam.



A oposição democrática portuguesa conta desde maio com um novo jornal: "Portugal Socialista", órgão da Acção Socialista. "Portugal Democrático" e quantos nele trabalham saudam os companheiros de "Portugal Socialista", fazendo votos para que essa nova tribuna de combate ao regime de Salazar seja um elo mais a reforçar a unidade das forças políticas que lutam contra o fascismo português.

### JUNTA PATRIÓTICA PORTUGUESA DA VENEZUELA

No dia 11 de abril p.p. realizou-se em Caracas a Assembléa Geral Ordinária da Junta Patriótica Portuguesa da Venezuela para apresentação dos relatórios sobre a atividade da mesma e eleição dos novos corpos gerentes para o período 67/68. Estes ficaram assim constituídos: Secretariado de Organização: Dr. Rui de Carvalho, responsável; Fernando Natividade, Sérgio Alves Moreira, Ivo Fernandes, Alfredo Igreja e Rubem de Sousa. Secretariado de Finanças: António Gomes da Silva, responsável; Mota de Oliveira e A. Martins. Secretariado de Propaganda: João Lopes, responsável; José da Costa Lopes e Martinho da Silva.

## Delegação do Centro Republicano no Rio

Realizou-se no dia 20 de maio, uma reunião no Rio de Janeiro, de democratas portugueses moradores naquela Capital, presidida pelo Comandante Oliveira Pio e secretariada pelo Capitão Pedroso Marques, à qual compareceu como representante da Diretoria do CRP de São Paulo, o seu primeiro secretário.

Esta reunião foi convocada por diversos setores republicanos interessados em criar, à semelhança de São Paulo, uma coletividade que realize de facto a unidade de todos os democratas sem discriminação — excluídos, evidentemente, os de idoneidade moral duvidosa que, em vez de unir e servir a grande corrente de opinião que é o antialazarismo, procuram, pelo contrário servir-se dela para promoção pessoal, quando não para outros fins bem mais escusos.

Calorosamente aceita a ideia da Delegação foi ressaltado o aspecto positivo de que uma entidade deste tipo poderá incrementar, a um nível nunca alcançado, a unidade de todos os democratas portugueses no Rio de Janeiro, dando-lhes possibilidades de atuação que, sem desmerecer as iniciativas anteriores e isoladas de vários setores, leve a denúncia da ditadura portuguesa às mais amplas camadas da população guanabarina.

Aprovada por unanimidade,

foi constituída a Comissão Organizadora composta pelos seguintes democratas: Com. Oliveira Pio, Presidente, Cap. Pedroso Marques, Vitor Alegria, Eugénio Mercês, David da Conceição Mota, Amândio Peixoto e Jaime Sabino. A esta Comissão foram delegados poderes para a instalação definitiva do Centro Republicano Português — Delegação do Rio de Janeiro, com a tomada de todas as medidas para a sua legalização oficial; alargamento ao maior número de interessados dentro do espírito dos Estatutos do CRP; busca de local para a sede, etc.

Já em caráter de Assembléa Geral para a eleição dos corpos diretores, a próxima reunião deverá ser convocada dentro de 90 dias, em data a ser marcada, pela Comissão Organizadora.

Provisoriamente para as novas adesões e demais assuntos foi indicado o seguinte endereço: Comissão Organizadora da Delegação do CRP no Rio de Janeiro, Praça Floriano, n.º 19, sala 49.

### "10 DE JUNHO"

Convidam-se todos os sócios do CRP e democratas de São Paulo, a assistir no próximo dia 10 de junho — sábado — às 16,00 horas, na sede do CRP, à rua Cons. Furtado, 191, à palestra do Com. Sarmento Pimentel alusiva a esta data.

Um livro que coloca

Salazar no banco dos réus...

## Angola: Cinco Séculos de Exploração Portuguesa

de Américo Boavida

Uma obra de desmistificação em que um médico angolano denuncia e define com precisão o que é o regime colonial português em sua terra, documentando suas afirmativas com informações e dados estarrecedores.

UM VERDADEIRO LIBELO CONTRA O COLONIALISMO SALAZARISTA

Um lançamento da Editora CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Pedidos pelo Reembolso:

RUA 7 DE SETEMBRO, 97 RIO DE JANEIRO — GB.

## Notas e comentários

### FORJA DE CRIMINOSOS

Um dos aspectos mais esquecidos da guerra colonial é o das sequelas terríveis que ela deixa nos jovens forçados pelo fascismo salazarista a participar dos crimes monstruosos que em Angola, na Guiné-Bissau e em Moçambique são cometidos diariamente. É certo que importa distinguir entre os soldados do contingente, quase sempre simples e enojados espectadores da barbárie fascista, e os comandos, versão salazariana dos SS nazis e dos paraquedistas de Masu e Bigeard. Os primeiros, por não inspirarem confiança, raramente são encarregados de missões de genocídio ou de tortura. Mas assistem ao que se passa, vivem o quotidiano de uma guerra abjecta e não é impunemente que um camponês das Beiras ou do Minho se vê arrancado da sua terra para conviver durante um ano ou dois com assassinos profissionais que lhe apresentam todo o sentimento de piedade como prova de fraqueza e covardia e procuram incutir-lhe uma filosofia de valores em que a violência é sinónimo de heroísmo. Quanto aos comandos, constituem um corpo de matadores especializados. Matar e torturar é a religião dessas feras.

"Portugal Democrático" tem denunciado repetidamente os crimes inomináveis praticados em África pelo aparelho militar-repressivo do fascismo. Mas a imaginação dos oficiais ultras continua inventando novos suplícios, novas aberrações, esforçando-se por aperfeiçoar a herança negra de todas as polícias políticas, de todos os militarismos racistas. Alguns nomes despontam nessa constelação de monstros. Um deles é o do alferes ROQUE. Essa pústula humana inventou um novo processo de matar e torturar. Ordena que os prisioneiros africanos sejam completamente enterrados em filas bem alinhadas. De fóra fica apenas um braço apontando para o alto. Em cada mão é colocada uma laranja. E quando, nas vascas da agonia, morrendo por asfixia, os patriotas sepultados, contraem os dedos, debatendo-se, o alferes ROQUE, sorridente, faz avançar os seus soldados, e cada um, com um copo na mão, em frente de cada moribundo, recolhe o sumo que pinga lentamente das laranjas espremidas. E tudo é feito ao som de músicas marciais, com tambores ruíndo, para gáudio do alferes ROQUE cujas vozes de comando, secas e claras, dominam o alarido geral...

Outro psicopata cujas façanhas monstruosas superam em horror o que de pior fizeram os mais célebres criminosos de guerra nazis é o general CARRASCO, comandante das forças militares em "operações" no norte de Moçambique. Fazendo jus ao nome, esse proconsul salazarista já eliminou do mapa dezenas de aldeias. O seu critério é de uma "simplicidade" que, mesmo entre os ambientes ultras de Moçambique, causa calafrios: só o medo do castigo — diz — pode conter os africanos. O que, traduzido em atos, significa uma política de terra arrasada. As ordens de CARRASCO são estritas: sempre que numa aldeia seja assi-

nalada a presença de qualquer elemento ligado à FRELIMO, essa aldeia deverá ser destruída. E desses massacres coletivos ninguém escapa. As instruções do general CARRASCO são de uma minúcia invulgar no exercício fascista. A aldeia é, primeiro, cercada e, depois, incendiada. Todos os que pretendem sair e furar o cerco da tropa são abatidos como caça. Ninguém escapa: nem um velho, sequer uma criança! A alternativa é morrer no braseiro ou de uma rajada de metralhadora.

O alferes ROQUE e o general CARRASCO! Dois nomes a reter. Dois monstros que um dia, derrubado o fascismo, terão de responder perante os tribunais democráticos como criminosos de guerra.

### UMA GERAÇÃO PERDIDA

Homens como esses não são casos isolados. A maioria dos oficiais não aprova tais crimes e encara mesmo com repugnância assassinos como o general CARRASCO e o alferes ROQUE. Mas é também verdade que um grande número de quadros, embora sem ir tão longe como essas feras humanas, permanece insensível ante as práticas de genocídio e encara a tortura do adversário como coisa de rotina. Nos comandos particularmente, os oficiais são escolhidos entre os elementos de formação vincadamente fascista e a instrução ministrada aos soldados visa a transformá-los rapidamente em criminosos profissionais. Uma das práticas mais comuns nessas unidades de assassinos é a de levar os soldados a lamber o sangue das catanas com que foram mortos ou torturados patriotas africanos. O objectivo, segundo informações que nos chegam directamente de Luanda enviadas por um oficial democrático, não é tanto o de estimular o ardor combativo mas fundamentalmente o de "endurecer os nervos", isto é, reduzir o soldado à condição de animal feroz.

Não é de estranhar nestas condições que, ao serem desmobilizados, os elementos do Exército de África sejam, em proporção elevadíssima, inadaptáveis à vida civil. O número de soldados que retomam as actividades que exercia anteriormente é insignificante. E menor ainda a percentagem daqueles que, não desejando voltar as aldeias natais, procura obter trabalho no setor industrial ou ingressar nos quadros do funcionalismo. Os mais corajosos, aqueles cuja estrutura psíquica resistiu melhor ao pesadelo da passagem pelas fileiras, escolhem o caminho da emigração como forma de libertação. Mas restam os outros, os que, de um modo ou outro, apodreceram. Esses ficam por Lisboa e pelo Porto, arrastando uma vida abjecta de marginais da sociedade. Uns habituaram-se a matar e a roubar e não têm outra perspectiva de existência. Oferecem os seus serviços à PIDE e a outras corporações fascistas onde têm ensejo de dar largas aos seus instintos ou roubam, matam e traficam por conta própria engrossando os efetivos do submundo do crime. O aumento impressionante do

número dos transviados sexuais é outra das consequências da guerra de África. A prostituição masculina, até há pouco inexistente em Portugal, é hoje uma chaga bem real e são os soldados desmobilizados os seus criadores e exploradores...

### ACÓRDOS INVIÁVEIS

Quando em Setembro de 65 foram assinados em Lisboa os Acordos Lusó-Brasileiros, o Centro Republicano Português de São Paulo e a Unidade Democrática Portuguesa distribuíram à imprensa brasileira um comunicado em que, após minuciosa análise desses instrumentos diplomáticos, se manifestava a opinião de que tratado algum entre os governos dos dois países irmãos assentará em bases reais enquanto Portugal for dominado pela oligarquia que há quarenta anos se apoderou do poder.

Os acontecimentos não tardaram a confirmar a razão que nos assistia. Em Portugal, a dócil imprensa fascista exaltou os Acordos em todos os tons e nenhuma voz ousou fazer-lhes reparos na Assembléia Nacional de Salazar. A repercussão foi bem outra no Brasil. A mágoa e a desilusão dos democratas portugueses encontraram o esperado eco na opinião pública brasileira, sendo numerosos os artigos de crítica à assinatura dos mencionados Acordos. E a lenta tramitação dos vários instrumentos assinados veio confirmar a inviabilidade dos mesmos. Em fins de Abril, Salazar sofria, indirectamente, a primeira derrota significativa, quando a Comissão de Relações Exteriores da Camara Federal do Brasil se recusou a votar o acordo comercial. Para a importante resolução tomada e que mereceu o apoio do presidente da Comissão, deputado Gilberto Azevedo (do partido governamental) foi decisiva a intervenção do deputado Hermano Alves. O ilustre parlamentar pela Guanabara rejeitou o parecer favorável do deputado Pires Saboia, afirmando que o Acordo "importa na aceitação pelo Brasil do colonialismo português e no subvencionamento da ditadura de Salazar". O seu argumento foi aceite pela Comissão e o Acordo não foi votado.

### FÓRA COM OS ALEMÃES!

Em todo o nosso País e principalmente no Alentejo é cada vez maior a revolta contra a presença dos arrogantes militares alemães. As primeiras famílias dos oficiais da base germano-occidental já se encontram em Beja e a sua chegada traduziu-se imediatamente numa situação prejudicial à população da velha cidade. Como o sumptuoso bairro residencial que se destina aos militares prussianos ainda não está concluído, as famílias dos oficiais instalaram-se provisoriamente em casas que alugaram, pagando preços muito superiores aos vigentes. Em Maio, os alugueiros das residências com quatro ou cinco quartos assoalhados oscilavam entre 2.000 e 2.500\$00 por mês acusando uma alta superior a 60% em relação a Janeiro. Outra consequência da chegada dessas famílias é uma subida

vertiginosa de numerosos artigos de consumo, no mercado local e uma escassez sensível de géneros de primeira necessidade. Certos produtos tiveram os seus preços tão aumentados que se tornaram praticamente inacessíveis a amplas faixas da população local, que anteriormente participavam do seu consumo.

Mas não é apenas no terreno económico que a presença dos militares da Bundeswehr se faz sentir negativamente. A soldadesca alemã exhibe pelas ruas de Beja uma arrogância que indigna a população. Oficiais e soldados embriagam-se em locais públicos e provocam os frequentadores, agindo como uma horda de bárbaros em país conquistado. A polícia fecha os olhos a essas provocações e quando intervém é para dar cobertura aos militares estrangeiros. Por outro lado, nas estradas, os oficiais alemães não respeitam as leis do trânsito e comportam-se como se estivessem numa pista de corridas, mas a Polícia não os incomoda, por ter ordens expressas nesse sentido.

Em Beja sabe-se que o pior está para vir, pois a guarnição alemã não foi ainda completada e a maioria das famílias só chegará nos próximos meses. O sentimento de indignação é geral e traduz-se das mais diversas maneiras, desde as simples conversas de rua e café até ao aparecimento de inscrições nas paredes.

A luta contra as bases estrangeiras não se limita aliás ao Alentejo. Alastra pelo País inteiro. A todos os patriotas que dela participam hipotecamos a nossa irrestrita solidariedade. A presença dos revanchistas prussianos não constitui apenas um insulto à soberania nacional; é também uma ameaça à Paz. Justifica-se pois a palavra de ordem que se torna um clamor nacional: "Abaixo o imperialismo alemão! Fóra com os alemães!"

### ESTAGNAÇÃO E MENTIRA

Ninguém desconhece hoje que Portugal caiu para o último lugar na Europa, do ponto de vista do rendimento per capita. E nenhum economista de Salazar pode negar que há quarenta anos, antes da implantação do fascismo figuravam atrás de nós nada menos de seis países europeus: a Grécia, a Albânia, a Turquia, a Jugoslávia, a Bulgária e a Roménia. Mais desanimador ainda é o facto de a distância que nos separa desses e outros países em vez de diminuir, aumentar. Salazar e a sua camarilha mentem quando alardeiam que Portugal está recuperando o atraso em que se acha em relação às nações mais desenvolvidas economicamente. A taxa de crescimento do produto nacional bruto atingiu, é certo, 8,8% em 1960 — ano que ficou a assinalar a grande invasão do capital estrangeiro — mas justamente pelo carácter artificial desse surto de desenvolvimento e pela natureza peculiar dos investimentos realizados pelos monopólios estrangeiros o fenómeno não teve continuidade. Em 1961 a taxa foi apenas de 6,4%, em 1962 de 5,5%, acentuando-se a queda em 1963 com apenas 3,7% e em 1964 com 3,4%. Em 1965 a taxa de crescimento aproximou-se dos 7%, mas o fato resultou fundamentalmente do grande desenvolvimento do turismo e de uma colheita de cereais. É significativo que nas indústrias

metalúrgicas, metalomecânicas e de material eléctrico o crescimento nesse ano tenha sido apenas de 4,7%. Em 1966 a situação agravou-se, de resto, bastante, como o provam as estimativas para a produção industrial que apontam um crescimento de 1,2%. Em 1967 a tendência não parece ser diferente o que significa que não há desenvolvimento ao contrário do que afirma a propaganda fascista. Não se vislumbra, portanto, como poderá ser reduzido o atraso imenso, que nos separa da Europa. Contra as estatísticas de nada vale o falatório dos ministros fascistas.

### A CAMINHO DO CÁOS

A própria estabilidade do escudo — obtida à custa da exploração das classes trabalhadoras está gravemente ameaçada. Nos últimos 20 anos, os déficits acumulados da balança comercial atingiram a soma fabulosa de 99.781 mil contos (aproximadamente três biliões e meio de dólares). Só nos últimos cinco anos, os déficits representaram 40% desse total numa demonstração evidente de que a situação se agrava de ano para ano. Os números referentes a 1966 confirmam inteiramente o descalabro, revelando um déficit nas transações com o estrangeiro superior a 10 milhões de contos.

O atraso confrangedor do País e o empobrecimento das massas trabalhadoras surgem nesse contexto não como uma consequência de más condições naturais mas como o resultado lógico da política anti-nacional de Salazar e dos seus asseclas fascistas, inteiramente subordinada aos interesses do capital monopolista estrangeiro e nacional. Esses déficits astronómicos da balança comercial poderiam facilmente ter sido evitados se à frente da nação estivessem governantes voltados para os interesses do povo. De um lado, apesar de contar apenas com uma renda per capita de trezentos e poucos dólares, Portugal importa automóveis e artigos de luxo numa proporção três ou quatro vezes superior à registada em nações com um nível de desenvolvimento económico muito mais elevado como a Jugoslávia ou a Hungria, por exemplo. Por outro lado, não obstante ser um país predominantemente agrícola, vê-se forçado a despendar somas consideráveis com a importação de géneros alimentícios como batatas e carne em que podia ser perfeitamente auto-suficiente. Tudo isso porque em vez de adquirir no Exterior o equipamento básico indispensável à montagem de uma indústria realmente independente é de realizar investimentos essenciais à criação de uma agricultura moderna. Salazar prefere importar armamentos para a sustentação da guerra colonial, vender o País aos monopólios estrangeiros e arruinar a pequena e a média lavoura em benefício dos grandes agrários.

A colossal acumulação de bens nas mãos de um escasso número de privilegiados e a entrega acelerada das riquezas nacionais ao Estrangeiro levaram o País à beira da ruína, e as massas a uma situação de desespero. Essa situação calamitosa só pode ser modificada por meios revolucionários. E o povo português dá-se conta dessa realidade como o prova o esvaziamento das forças políticas que teimam ainda em apegar-se a ilusões legalistas. Os parti-

(Continua na pág. 7)

# DEPOIMENTOS SOBRE A VIAGEM DO PAPA A FÁTIMA

## REAÇÃO PORTUGUESA

Publicamos abaixo os depoimentos de Jean Marie Domenach, diretor da revista católica L'ESPRESSO e do Dr. Ramos da Costa, presidente do Comité para a Defesa das Liberdades em Portugal e dirigente da Acção Socialista. Damos também divulgação a um artigo sobre o mesmo tema do nosso colaborador Eng. Francisco Vidal.

RAMOS DA COSTA

### Paulo VI em Fátima

JEAN MARIE DOMENACH

"Por que motivo o anúncio da viagem de Paulo VI a Fátima me foi tão penoso? O papa faz bem em deixar algumas vezes a sua diocese romana; já foi a outros países e é de esperar que prossiga. Ver em cada uma das suas deslocações a consagração do regime da nação visitada seria politizar abusivamente gestos que têm uma intenção e um conteúdo espirituais. Se o papa fosse à Polónia veríamos nós nisso um apoio oferecido ao poder comunista?"

Entretanto, certos elementos do caso merecem um exame atento. Se nos ativermos a significação religiosa da viagem, veremos antes do mais que o santuário de Fátima figura no cerne de uma devoção que se acha ela própria impregnada de política. Alguns ainda estarão lembrados do uso que se fez dela na altura da cruzada anti-bolchevista, há vinte e cinco anos. Outros evocarão certos episódios da época em que a guerra fria não poupava a Igreja. Finalmente, sabe-se que seitas integristas tomaram para tema da sua propaganda e como justificativa das suas atividades odiantas essa mística de Fátima, desagradável mistura de política e de religião. Pode objectar-se que a excitação de alguns transviados não basta para desconsiderar um santuário. Citarei então essa enorme peregrinação de 1951 de que participaram com dez ministros portugueses e um ministro espanhol alguns dos mais ilustres representantes do fascismo internacional; o auxiliar do cardeal Spellman, Mons. Sheen, declarou na altura que "Portugal era um exemplo para as demais nações com o seu 'Estado Corporativo'". Foi portanto uma antiga e sistemática campanha que fez de Fátima uma espécie de Lourdes reacionária. Os pastorinhos nada têm a ver com isso e a Santa Virgem também não. Mas a atmosfera que criaram em volta desse santuário tornou-se tão turva que seriam necessárias palavras bem claras para a dissipar. Esperamos que Paulo VI as encontrará.

Elas são tanto mais necessárias quanto o governo português tornou pública "a honra e a alegria" que lhe causava esta augusta visita". Não foi no mesmo tom que saudou a visita de Paulo VI à Índia, qualificada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros de "afrenta gratuita e injustificada ao Portugal cristão", e isso porque a Índia retomara o enclave português de Goa.

As autoridades de Lisboa to-

mam do papado apenas o que lhes convém. Quando uma encíclica lhes desagrade ignoram-na e proíbem mesmo aos jornais de citá-la. Esse o paradoxo: Paulo VI visita um País onde as suas palavras são oficialmente censuradas.

Percebe-se bem, então, o que ameaça emprestar a esta viagem um significado ambíguo. Não só o governo do Dr. Salazar é um dos mais retrógrados do mundo, como pretende ainda apoiar a sua doutrina e a sua política na autoridade da Igreja. O sr. Gomulka, esse não se diz católico. Mas este governo que pratica uma repressão atroz com a ajuda de uma das polícias melhor organizadas que há no mundo, invoca princípios cristãos, cobrindo-se com eles; pretende defender pela violência a "civilização católica" e realiza em nome de Cristo uma guerra colonial em três países da África. Sente-se portanto feliz por poder utilizar para os objectivos da sua propaganda aquilo que, no espírito do Santo Padre, é uma missão de oração e de caridade.

Neste momento penso naqueles católicos portugueses — e são muitos — que travam em Portugal o combate correto em nome do espírito conciliar ignorando e passando por cima das autoridades que se dizem católicas. Penso nos padres e leigos prósos, nos padres e leigos torturados. O papa sabe tudo isso. E é por esse motivo que me anima a esperança de que, tendo decidido ir até lá, passando por cima da dor que o simples anúncio da sua viagem infligia aos que são perseguidos em nome da justiça, saiba falar no espírito do Evangelho. O papa sabe perfeitamente que no ano passado, na mesma altura, o cardeal de Lisboa recusou-se a celebrar o Te Deum que Salazar lhe pedia para o quadragésimo aniversário da sua ditadura. O papa sabe que, no ano passado, cento e uma personalidades católicas assinaram uma carta condenando a política colonial de Salazar. O papa sabe que, nos últimos dias a repressão dirigida contra as organizações católicas liberais, como Pragma, se agravou. O papa sabe que há no mundo milhões de católicos que levaram o Concílio a sério e que, a propósito de Portugal e da Espanha, estão firmemente decididos a nunca se tornarem mercedores dessa censura terrível: a de pertencerem a uma Igreja que reclama a liberdade quando ela própria é oprimida, e que ajuda a abolir-la quando conta com os favores do poder."

Os democratas portugueses, católicos ou não, sentem mais dolorosamente que ninguém a decisão do Vaticano. No momento em que Salazar conduz uma guerra impiedosa em Angola, em Moçambique e na Guiné, Paulo VI anuncia que irá a Fátima orar pela paz, e cita expressamente o caso do Vietnam. Se Paulo VI omite o caso das colónias portuguesas, não podemos deixar de concluir que ele condena a guerra do Vietnam mas aprova tácitamente a guerra que fazem em África os exercitos de Salazar. Compreende-se assim muito bem que os movimentos para a libertação das colónias portuguesas tenham reagido com a maior vivacidade ao ser anunciada a viagem a Fátima.

Mas existe uma outra vítima da guerra colonial de Salazar: o proprio povo português. Desde o começo da guerra de Angola que o custo de vida em Portugal não parou de subir; a censura tornou-se mais severa; a repressão policial mais violenta. A juventude é chamada a participar numa guerra injusta e sem saída, e deve agora, para satisfazer as necessidades da causa, passar quatro anos no serviço militar. A propaganda salazarista dirá que sobre o problema africano todos os portugueses estão de acordo. Nada mais falso. Desde há quarenta anos que o povo português é tendenciosamente informado e doutrinado nos erros de um fascismo sui generis. É inevitável que alguma coisa reste desta doutrinação feita de mentiras. Neste momento tudo se passa em Portugal tal como se, em França, em plena guerra da Argélia, a O.A.S tivesse tomado o poder. Isto basta, parece-nos, para mostrar as dificuldades da luta dos democratas portugueses.

Ora é este outro combate pela justiça e pela paz que torna ainda mais difícil a viagem do Papa Paulo VI. Esforçamo-nos por abrir os olhos a este povo mal informado e doutrinado. E o proveito político que o governo de Salazar não se dispensará de tirar da viagem vai consolidá-lo. Mas mesmo se o governo de Salazar estivesse na disposição de fazer um jogo honesto e resolvesse não tirar nenhuma vantagem da viagem, a simples presença de Paulo VI em Fátima seria politicamente prejudicial à paz e à democracia. Basta que os jornais, com toda a aparência de objetividade, apareçam, como aparecem já, com títulos como: "Pela primeira vez na nossa história um Papa vem a Portugal!"

A presença de Paulo VI na Índia, que foi denunciada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, como "uma afronta gratuita, inútil e injusta para Portugal", não podia significar uma aprovação do governo da Índia, pois este não é católico. Mas o governo português é católico como Tartufo, Portugal tem o título de nação "muito fiel", Salazar pretende-se o grande campeão do Oci-

dente e da Cristandade. Diz defender em África os valores cristãos, e acusa os outros governos ocidentais de desprezar esta grande causa. Ultimamente, desde João XXIII, que semelhantes declarações soavam cada vez mais a falso e não tinham caução. Doravante elas vão ter uma. De há dez anos para cá esta é a maior vitória diplomática de Salazar. Foi difícil e longa a obter, mas compensa muitas derrotas.

O Papa poderá matizar as suas palavras, mas os defensores do regime deixarão entender que, estando o mundo como ele está, ele não podia ir mais longe, e para bom entendedor meia palavra basta.

Indo a Fátima, onde se encontrarão igualmente os fautores da guerra colonial, os car-

rascos de tantos portugueses, os responsáveis do assassinio do General Delgado, os responsáveis pelo exílio do bispo do Porto, D. Antonio Ferreira Gomes, e ainda os altos dignitários que não estremecem perante a reclusão de dez padres africanos nas suas igrejas ou seminários, indo a Fátima — dizíamos — haveria para o Papa uma única maneira de evitar a caução a Salazar. E esta seria de proceder de acordo com as encíclicas *Pacem in Terris* e *Populorum Progressio*: confirmar a boa nova da descolonização; condenar claramente a guerra colonial em Angola, Moçambique e Guiné; desaprovar mais uma vez, e no local entre todos o mais adequado, o totalitarismo, a injustiça social e a opressão policial.

### A visita do Papa

FRANCISCO VIDAL

Paulo VI hesitou muito antes de se decidir a fazer uma visita que poderia trazer-lhe implicações políticas e até levá-lo a ser acusado de adotar uma posição que estaria em evidente antagonismo com as afirmações ultimamente feitas, por ele mesmo e por aquele que, imediatamente antes dele, havia também sido o Sumo Pontífice da Igreja Católica.

Hesitou muito! Muito mesmo! De um lado choviam as solicitações de todos quantos seguem a sua fé no país cujo governo não desejava prestigiar e que lhe pediam para visitar por ocasião de uma efeméride que tinha inegáveis e importantes implicações para a religião que ele, como sua autoridade suprema, representava; de outro lado existia o receio de que a sua decisão fosse objeto de especulações políticas, quando seria então acusado de apoiar — tácitamente que fosse — um regime inteiramente em oposição ao que ele defendia publicamente e sem reboço, através de Encíclicas de repercussão mundial e que inclusive representava a tomada de uma posição definida e firme e sob aspectos nova e até inesperada e que tantas discussões havia provocado.

O Sumo Pontífice representa um poder espiritual da maior expressão que, absolutamente, não pode comprometer-se, no caso quase que gratuitamente, com regimes que se opõem frontalmente ao que ele apregoa e com ele a Igreja de que é sumo representante. Não podia esquecer que, visitando um país dominado por ideologias inteiramente em oposição ao que ele está expressamente defendendo com uma veemência e um poder de afirmação sem precedentes, isto poderia resultar em seu próprio desfavor.

O Papa estava perplexo! Que deveria fazer para, ao mesmo tempo, estar presente a um acontecimento da maior expressão para a Igreja que ele dirige sem, ao mesmo tempo, despertar a mais leve suspeita de que essa visita teria motivação política e assim seria explorada por aqueles que, há longos e terríveis anos de obscurantismo, dominam um povo inteiro além de, noutras latitudes, manterem uma guerra sem quartel, um verdadeiro genocídio, contra povos praticamente sem defesa e que, por si mesmos, podem representar uma reserva espiritual capaz de engrossar a fileira dos crentes que o seguem?

Existia ainda uma outra injunção que também não era para desprezar: refiro-me ao culto à Virgem Maria que ele, direta ou indiretamente, iria prestigiar durante a sua visita, o que não era oportuno, face ao que pensam e defen-

dem outras Igrejas cristãs que ele, com a sua inteligência e sentido de oportunidade, poderia e até deveria se não conquistar para as suas hostes pelo menos neutralizar para não ser por elas ostensivamente hostilizado.

Foram longas as negociações. Longas e penosas. Parecia que as dificuldades para se chegar a um entendimento eram insuperáveis e que não seria de nenhuma maneira fácil obter-se um modus faciendi que agradasse a todos, satisfazendo ao mesmo tempo os que seguem a sua religião sem desagradar aos que, aceitando-a e sendo até seus defensores sem qualquer limitação, se opõem aos regimes descrecionários ainda existentes no mundo de hoje, sem, por outro lado, ferir ostensivamente os que, integrando outras Igrejas cristãs, não aceitam o culto da Virgem, que ele inegavelmente iria fortalecer com a sua viagem.

Foi finalmente resolvido o impasse. O Papa iria a Fátima! Desconhecendo o que pensavam os que vêm no culto da Virgem uma idolatria estranha a seus princípios de crença, arrostando com a animosidade de todos eles, o Papa mesmo assim se deslocaria ao país que, como um dos últimos baluartes do fascismo, mantém na Europa a imagem perene do poder absoluto, onde um povo sofrido conta com a maior percentagem de analfabetos, a maior taxa de mortalidade infantil e o menor rendimento per capita do continente...

Para emprestar porém à sua viagem um caráter estritamente religioso, evitando toda e qualquer conotação de fundo político, nem sequer iria a Lisboa. Visitando um país não iria à sua capital, o que claramente queria dizer que a sua deslocação era meramente espiritual e, mais ainda, ostensivamente se definia já não direi como hostil ao regime vigente em Portugal mas podendo compreender-se que tácitamente o desaprovava...

Assim o Papa foi a Portugal porque em Portugal se comemoravam as chamadas aparições de Fátima e porque Fátima está localizada — e como Paulo VI o deve ter lamentado... — na nossa terra. Não fez uma visita protocolar a um país cujo governo se diz católico embora os seus atos demonstrem constantemente que as doutrinas defendidas pela Igreja que diz seguir — nomeadamente as afirmações mais recentes, representadas pela "Populorum Progressio", parece que circulando em Portu-

(Continua na pág. 7)

# Famílias dos presos políticos dirigem apêlo a Paulo VI

Publicamos abaixo o texto do apêlo dirigido ao Papa pelas famílias dos presos políticos:

Tomamos conhecimento pela imprensa e pela Rádio portuguesas da visita de Sua Santidade a Portugal por ocasião das comemorações do ANO JUBILAR das Aparições de Fátima.

Sabemos que Sua Santidade irá a Fátima exortar, mais uma vez os belos sentimentos que devem unir todos os Homens, elevar, perante milhões de fiéis, as suas preces para que a palavra GUERRA seja banida para todo o sempre da face da Terra.

Sabemos, também, que Sua Santidade tem sido um paladino da PAZ NO MUNDO, um defensor da boa convivência entre os Homens, da sua produção social.

Conhecemos a Encíclica POPULORUM PROGRESSIO onde Sua Santidade indica o caminho a seguir por todos os Homens de boa vontade, católicos ou não.

Todas estas razões seriam suficientes para nos alegrarmos e nos juntarmos a Vós, mas Homens e Mulheres de Portugal somos de uma vida digna sem o espectro das Prisões e da Fome, estão cheios de angústia.

Angústia porque temos nas prisões políticas os nossos entes mais queridos, vítimas da perseguição movida a todos os portugueses que erguem a sua voz por uma vida onde todos possam usufruir cultura e respeito humano; por um país livre onde os Homens se irmanem; por um país onde os jovens possam ser realmente jovens e os meninos crianças verdadeiras; por um país onde a PAZ exista realmente e os nossos corações de País não vivam em constante temor de ver ceifadas as vidas dos nossos filhos numa guerra colonial que não queremos.

Vivemos angustiados, Santo Padre, porque muitos dos nossos familiares se encontram a cumprir penas há já longos anos e, sujeitos às já bem tristemente conhecidas "medidas de segurança", não sabemos se teremos alguma vez mais junto de nós — debilitada a saúde pelas condições de excepção em que decorre a sua vida prisional, vítimas de sevícias dos carcereiros, de torturas inhumanas quando são detidos — que é exemplo a já bem conhecida "tortura do sono", de castigos injustos, como resposta aos seus justos anseios de serem tratados dignamente.

Vivemos angustiados porque queremos junto de nós, alguns deles nossos filhos, ainda jovens, que precisam VIVER; outros, Pais que nos são necessários à educação dos filhos, abandonados, estes, a crescer sem os afagos e os conselhos dos seus progenitores; outros, esposos e noivos que esperam ansiosamente o momento de construir ou reconstruir um Lar digno, cumprindo integralmente a sua condição de Homens e Mulheres.

Queríamos, Santo Padre, estabelecer no nosso País sem sentirmos este amargo que nos es-

trangula o riso e nos seca as lágrimas; queríamos recebê-lo num País livre!

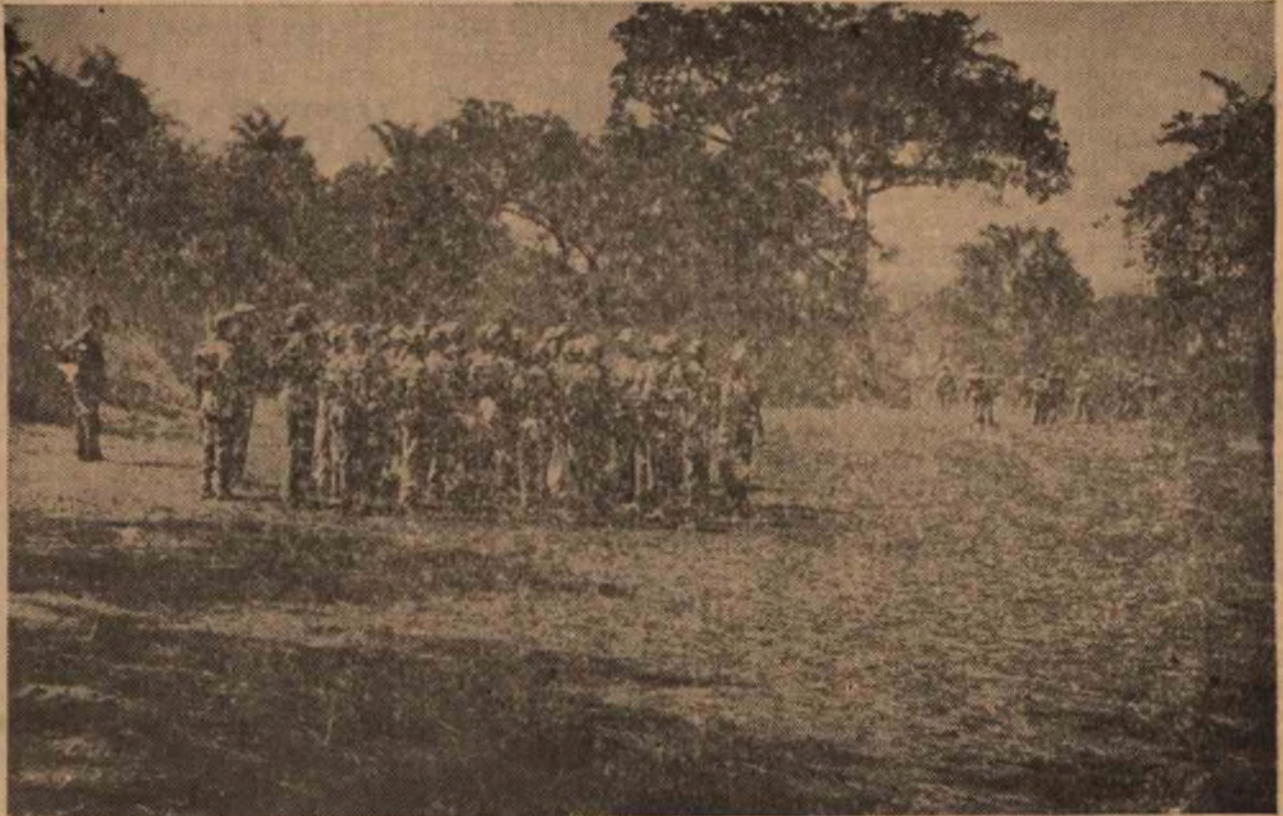
Mas, já que a realidade presente não nô-lo consente, apresentamos a Sua Santidade este apêlo:

QUE FIEL ACS PRINCIPIOS QUE DEFENDE. EXIJA DO GOVERNO PORTUGUÊS, COMO CATÓLICO QUE DIZ SER, O CUMPRIMENTO DOS MAIS ELEMENTARES PRINCIPIOS DO DIREITO HUMANO.

- que sejam banidas do Código Penal as maldadadas "medidas de segurança";
- que sejam postos em liberdade todos os presos políticos, sem excepção;
- que seja conseguida uma solução pacífica para o problema colonial, a fim do nosso País poder usufruir da Paz que se preconiza e que tanto ansiamos.

E, creia, SUA SANTIDADE que as Famílias dos Presos Políticos Portugueses lhe ficarão eternamente gratas pela solidariedade que lhes prestar.

Porto, 10 de maio de 1967.



## A GUERRA QUE O PAPA ESQUECEU

Paulo VI foi a Fátima orar pela Paz. Mas infelizmente, nas palavras que ali proferiu, não fez a mais leve referência à existência da guerra que envolve o povo português e os povos de Angola, Moçambique e Guiné (Bissau). E essa guerra existe, como o demonstram na imagem os patriotas guineenses treinando-se num acampamento para enfrentar as tropas Salazaristas. O Papa não soube, essa a verdade melancólica, encontrar em Fátima as palavras a que alude J. M. Domenach...

## O Escândalo dos Passaportes

O movimento desencadeado pelos democratas portugueses do Brasil para desmascarar os abusos praticados pelas autoridades fascistas no tocante à recusa de passaportes a elementos anti-salazaristas continua a suscitar numerosas manifestações de solidariedade na Europa e na América.

No Brasil, uma primeira consequência teve a iniciativa da Unidade Democrática Portuguesa: o pessoal do Consulado Geral de São Paulo, que atendia o publico com sobrançeria e, por vezes com uma displicência grosseira, mudou de atitude, certamente em consequência do noticiário vindo a lume na imprensa brasileira e que veio chamar a atenção para as representações diplomáticas e consulares do fascismo português. O simples fato de os emigrantes portugueses serem, agora, tratados como gente, pelos funcionários consulares, constitui para nós uma primeira vitória, embora os objetivos da campanha sejam outros, devidamente expostos à Comissão dos Direitos do Homem. É cedo, entretanto, para se tirarem conclusões sobre um possível recuo das autoridades fascistas, pois os democratas portugueses cujos nomes são mais conhecidos da PIDE continuam sem passaporte.

Na impossibilidade, por falta de espaço, de reproduzirmos as numerosas manifestações de solidariedade recebidas pela Unidade Democrática Portuguesa, transcrevemos apenas uma, enviada pela Junta Patriótica Portuguesa do Uruguai, país onde os democratas portugueses têm sido também vítimas da prepotência dos consulados fascistas. Esse documento é do seguinte teor:

"Estimados compatriotas: Os democratas portugueses residentes no Uruguai, ao tomarem conhecimento da denuncia levada pela UDP à Comissão dos Direitos do Homem e da campanha de protesto iniciada pelo jornal "Portugal Democrático" contra as medidas discriminatórias dos consulados de Salazar negando passaporte aos democratas portugueses, expressam por intermédio da presente a sua total solidariedade às resoluções tomadas. Denunciamos ao mesmo tempo o fato de essas medidas discriminatórias terem já sido aplicadas no Uruguai pelo consulado e pela embaixada salazaristas. Os democratas portugueses com militância ativa sofreram o vexame de ver-se na impossibilidade de viajar para países vizinhos, até mesmo para atender assuntos particulares de urgência. Alguns tiveram que apelar para a tradicional hospitalidade deste país aos perseguidos políticos, obtendo passaporte especial do Ministério das Relações Exteriores do Uruguai. Por todos esses motivos, consideramos que o protesto contra a infame tentativa de perseguir os democratas portugueses mesmo longe da Pátria deve ser levado até o fim."

Assina o documento, pela Junta Patriótica, o nosso companheiro Aurélio B. Martins.

## Evocando o comandante Moreira de Campos

João Sarmento Pimentel

Pela maneira cruel, afobada e injusta, como a morte está levando para a cova os nossos queridos companheiros, parece que só eu ficarei para testemunhar o funeral do fradilhão e para fazer a reportagem do histórico e universalmente esperado acontecimento reinol.

Pois a verdade é que qualquer desses notáveis republicanos ultimamente falecidos foram notáveis escritores e, bem melhor do que o pobre de mim, haviam de referir o derradeiro ato do grande drama nacional e os mínimos detalhes da sua última cena, por certo "capaz de fazer chorar as pedras" como diz o povo português quando lhe morre um cevado meses antes da matança.

Mas já que o destino me reserva a transcendente incumbência, farei das tripas coração e da pena fiel gravador. E assim é que não vou esquecer o garbo da Legião nas salvas do estilo com pólvora seca, e seu modo guerreiro de apresentar as armas de São Francisco em homenagem ao irmão, cujo é da "Confraria do Caquinho", fora o resto... Mencionarei também os galões dourados da rabona debruada a vermelho e alamares de prata dos tristes gatos pingados que, empunhando as tochas fumarentas, deixam-lhe cair grossos pingos de cera pegajenta do ritual em cima das botas cambadas, uma generosa lembrança legada pelo falecido aos seus mais fiéis e derradeiros servidores. Hei de fazer prosa de circunstancia, e muito comovedora realidade,

para focalizar a procissão das beatas lacrimosas, fungonas, atrás do caixão e levando como guia o mordomo Cerqueira a botar o alto dum De Profundis e muito incenso ao turíbulo para atenuar o cheiro de santidade do venerando defunto. Evidentemente que a notícia fúnebre será omissa quanto ao elogio histórico do morto, pois que nessa altura já os mastins da censura arreganharam os dentes para o outro lado da roda dos alcatruzes!...

Que me perdoem os nossos mortos saudosos e queridos companheiros, este preâmbulo galhofeiro, mas é melhor rir de escárneo à sorte que nos persegue do que chorar as máguas de tantos desgostos sofridos, nestes quarenta anos de exílio e de luta pela Democracia.

Desgosto grande foi aquele da notícia do falecimento em Lisboa a 29 de abril do ilustre Comandante Moreira de Campos.

O heróico marinheiro e dedicado republicano fez parte da coluna comandada pelo almirante Cerqueira que derrotou e prendeu as forças monárquicas concentradas na serra do Monsanto e depois os couceiristas do Norte de Portugal. Comandou vários navios de guerra e prestou relevantes serviços no Ultramar como capitão do porto de S. Tomé e do porto do Lobito.

Jornalista e escritor, foram notáveis as suas obras sobre assuntos navais e históricos, bem assim aquelas reportagens pa-

(Cont. na pág. 7)

## Pela amnistia e contra a repressão

### MAIS UM ASSASSINIO DA PIDE!

Em nossa última edição noticiamos a prisão, pela PIDE, de estudantes feridos em acidente. Pelas informações de que então dispunhamos, admitimos que a morte da jovem locutora da Rádio, que acompanhava os estudantes detidos, teria resultado do acidente de viação, tal como a imprensa diária noticiou.

Entretanto, notícias mais detalhadas recebidas dos nossos correspondentes em Portugal, não deixam margem a dúvidas: **trata-se de mais um vil assassinato cometido pela PIDE!** O que ocorreu no dia 24 de março, pelas 15 horas, na estrada nacional próxima da Arrifana, no lugar do Outeiro, foi um infame atentado da PIDE contra o automóvel que transportava os estudantes **Francisco Antonio Cachapuz e José Augusto Nozes Pires** e as locutoras da Rádio **Maria Fernanda Almeida Guimarães e Maria Carlota Mergulhão Botelho**, quando perseguida, com outra viatura, o carro em que seguiam os jovens. O assassino, um dos gangsters de Salazar, desceu na estrada e despejou uma rajada de tiros de metralhadora sobre o carro que seguia na dianteira. Três passageiros ficaram feridos e foram detidos. **Maria Carlota Mergulhão Botelho** morreu.

"Portugal Democrático" ao denunciar mais este crime, cuja responsabilidade cabe a Salazar, ao seu Ministro do Interior, Santos Júnior, e ao fígurado diretor da PIDE, Silva Pais, na qualidade de mandantes e orientadores dos bandidos que executam as suas ordens — apela para os democratas portugueses, do interior e do exterior, e para a opinião pública internacional para que exijam um rápido inquérito, o julgamento e condenação dos assassinos da jovem **Maria Carlota**. Aos democratas portugueses cabe ainda, como preito à memória da jovem **Maria Carlota** e de tantos outros patriotas vilmente assassinados — lembremos, entre outros, **Ferreira Soares, Alfredo Diniz, Dias Coelho** e o general **Humberto Delgado** — opôr a mais forte resistência para impedir que as mãos criminosas que roubaram a vida daqueles patriotas voltem a cometer novos assassinios. Basta de crimes!

### MEETING DE SOLIDARIEDADE À LUTA DO POVO PORTUGUÊS

Num ambiente de interesse, de entusiasmo e fraternidade, realizou-se, no dia 15 de março p.p., em Bratislava, capital da Eslováquia (Tchecoslováquia), um meeting de solidariedade, na empresa nacional de navegação "Danúbio", no momento em que os operários daquela empresa procediam à discussão de novo contrato coletivo de trabalho.

Estavam presentes cerca de 400 operários, representando as várias secções da empresa.

Na mesa da presidência: 2 diretores da empresa, um representante do Conselho Central dos Sindicatos da Tchecoslováquia, o Presidente dos Sindicatos da Eslováquia, o Presidente

dos Sindicatos de Tele-Comunicações e uma anti-fascista portuguesa.

Em primeiro lugar falou o presidente dos Sindicatos da Eslováquia para explicar a razão do meeting. Depois falou um dos diretores da Empresa sobre o contrato coletivo. Falou depois a representante do Conselho Central dos Sindicatos e a seguir foi dada a palavra à nossa compatriota que, além da intervenção sobre a repressão em Portugal, respondeu a numerosas questões que lhe foram colocadas sobre a situação e a luta dos trabalhadores portugueses, nomeadamente sobre: Atividade dos "Sindicatos Nacionais"; Aspectos concretos da luta dos trabalhadores junto dos Sindicatos; Funcionamento das Comissões de Unidade; Posição dos Sindicatos em relação à guerra colonial; Existência de outras organizações que colaboram com os sindicatos; Possibilidades de ligação dos sindicatos portugueses com outras organizações sindicais no estrangeiro; Possibilidades dos operários e cidadãos portugueses visitarem os países socialistas; Participação das mulheres portuguesas na vida política; Proteção à mulher grávida e à criança; O caso do Santa Maria, importância na luta geral do povo contra o salazarismo.

No final da discussão sobre a intervenção da nossa compatriota e sobre o novo contrato coletivo, foram aprovadas várias resoluções sobre a vida interna da empresa e sobre a solidariedade ao Povo Português.

Eis o texto da Resolução, aprovada por aclamação, sobre a repressão em Portugal.

"Os trabalhadores da empresa nacional de navegação "CZECHOSLOVAK DANUBE NAVIGATION", em Bratislava, reunidos para discutir o seu Contrato Coletivo de trabalho, tomaram uma resolução de solidariedade com o seu colega Joaquim Ribeiro e todos os presos políticos portugueses.

Ficamos profundamente indignados ao tomar conhecimento dos casos dos patriotas Joaquim Ribeiro, Agostinho Saboga, Carlos Aboim Inglês e outros, que se encontram em perigo, vítimas da política repressiva do governo fascista de Salazar.

Indignação e inquietação provocou-nos a ameaça que pesa sobre os presos políticos portugueses que poderão ser deportados para os campos de concentração em África, assim como as "medidas de segurança" e as más condições de vida que eles sofrem nas prisões fascistas em Portugal.

A situação dos presos políticos portugueses não é um problema exclusivamente português. É uma questão dos trabalhadores do mundo inteiro. Por isso, nós, fraternalmente unidos aos trabalhadores portugueses e do mundo inteiro, exigimos firmemente:

— a anulação do decreto que permite a deportação dos presos políticos e do decreto sobre "medidas de segurança";

— a libertação imediata de Agostinho Saboga, Carlos Aboim Inglês e de todos os que cumpriram as suas penas;

— que terminem as torturas, os maus tratos aos prisioneiros políticos;

— a assistência médica e todos os cuidados que exigem a defesa das vidas dos patriotas encarcerados.

### SALVEMOS A VIDA DE ABOIM INGLÊS

Carlos Aboim Inglês, estudante da Faculdade de Letras e dirigente do MUD Juvenil, completa este mês a pena de 8 anos de prisão. Carlos Aboim Inglês encontra-se gravemente enfermo, sofrendo de uma infecção pulmonar, acompanhada de lesões na coluna vertebral e de padecimentos do coração que ameaçam a sua vida. Durante anos, as autoridades fascistas deixaram agravar o seu estado de saúde, sem que qualquer medida concreta fosse tomada. Após numerosas denúncias, foi recentemente transferido para o hospital-prisão de Caxias. Porém, não tem ali as necessárias condições de tratamento.

Prestes a concluir a pena a que foi condenado, impõe-se que todos os democratas que todos os amigos de Portugal reclamem, junto do Ministro da Justiça, a imediata libertação de Aboim Inglês.

### STTAU MONTEIRO LIBERTADO

O escritor Luís Sttau Monteiro, filho do falecido Ministro das Colónias Armindo Monteiro, que se encontrava preso desde novembro de 1966, foi recentemente libertado. Preso por haver escrito duas peças de teatro ("A Estátua" e "A Guerra Santa") nas quais critica a ditadura e o Exército fascista, Luís Sttau Monteiro estava ameaçado de ser entregue ao Tribunal Militar sob a acusação de "traição". Graças ao protesto dos seus companheiros intelectuais — mais de 70 escritores protestaram junto do "presidente" Tomaz contra a sua prisão — conquistou a liberdade.

### CATÓLICOS RECLAMAM REABERTURA DA PRAGMA

Após terem conseguido a libertação da direção da revista "Pragma", os católicos ligados aquela revista, que se propunha divulgar e discutir os textos das últimas encíclicas papais, promoveram uma concentração em frente do Patriarcado de Lisboa reclamando a intervenção do Cardeal Cerejeira junto do governo para obter a reabertura da "Pragma". Além desta manifestação, que contou com o apoio de outros setores da Oposição, circula em Lisboa um abaixo-assinado pedindo a reabertura da revista, que já conta com centenas de assinaturas.

### OUÇA A RÁDIO PORTUGAL LIVRE

Diariamente das 8 às 8,30 em 50 metros; das 20 às 20,30 e das 22,13 às 22,43 em 32 metros; e das 0,30 às 0,50 em 36,40 e 43 metros. Aos domingos das 13 às 13,30 em 19,20 e 26 metros.

### UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS

## O assalto ao Banco da Figueira da Foz

No momento em que fechamos esta edição não recebemos ainda dos nossos correspondentes qualquer informação sobre o assalto à filial do Banco de Portugal na Figueira da Foz, realizado no dia 17 de maio, e durante o qual os autores desse golpe de mão se apoderaram de 29.700.000 escudos.

Nessa conformidade, publicamos abaixo um resumo do noticiário divulgado pelas agências France Presse Reuteurs, United Press e Associated Press.

O assalto verificou-se minutos antes do encerramento das portas do banco de tarde. Dele participaram quatro homens (segundo certas agências armados de metralhadoras, segundo outras de pistolas) um dos quais seria de elevada estatura e muito moreno. Informando que se tratava de um assalto, fecharam os funcionários na caixa forte e ordenaram ao gerente que abrisse o cofre e enchesse várias sacolas com notas de mil e quinhentos escudos. Antes de se retirarem, informaram o gerente de que seus filhos seriam mortos se avisasse a Polícia antes de decorridas duas horas. À porta do banco aguardava-os um automóvel preto no qual

seguiram para um campo de aviação próximo (segundo umas agências o de Cernache do Bonjardim, segundo outras o de Murgueira). Ai dominaram rapidamente o guarda, explicando-lhe (segundo o jornal "Le Monde") que se tratava de um assalto político e que não se preocupasse, pois em caso de aborrecimentos receberia um cheque. Interrogado posteriormente pela Polícia, o guarda declarou que se tratava de pessoas "muito educadas".

Posteriormente, os assaltantes — cujo número é tema de controvérsia — tomaram um pequeno avião e seguiram com rumo desconhecido. O referido avião foi encontrado dois dias depois em Vila do Bispo, junto ao litoral algarvio.

Segundo uma das agências citadas, no momento do assalto, todas as comunicações entre a Figueira da Foz e o resto do País ficaram interrompidas.

Resta acrescentar que o jornal "Le Monde" publicou uma nota, esclarecendo que o nosso companheiro Fernando Piteira Santos de passagem por Paris, havia informado que a Frente Patriótica de Libertação Nacional era estranha ao episódio.

## SALAZAR NA IMPRENSA MUNDIAL

### SÓBRE A GUERRA COLONIAL

"Portugal está lutando contra os insurretos em três dos seus territórios africanos — Angola, Moçambique e Guiné — e enfrenta a ameaça de uma quarta frente nas ilhas de Cabo Verde. Do exército português constituído de 135.000 homens, ... 80.000 homens estão em África. Mais de metade está em Moçambique, que foi o último lugar a pegar a doença mas onde a luta está agora mais feroz. A última lista de Lourenço Marques afirma que normalmente as perdas dos insurretos são 5 vezes maiores do que as portuguesas — vinte e um mortos em duas semanas. Mesmo assim mostra que, a despeito de precauções elaboradas, uma simples ameaça se tornou em três anos outro rasgão profundo na economia de Portugal.

O fim não se avista. Há três anos atrás a revolta de uma única tribo no norte de Angola, que se iniciou com uma rapidez estonteante e derramamento de sangue a 15 de março de 1961,

parecia ter sido esmagada. Mas no ano passado os rebeldes atacaram no caminho de ferro de Benguela — vindos de Zâmbia, em Cabinda vindos do Congo e a luta na floresta acendeu-se de novo".

(...) As autoridades portuguesas não admitem enfraquecimento na luta. O desenvolvimento aumenta em Angola, o mesmo acontecendo em Moçambique. Em termos puramente militares o Governo Português talvez possa prosseguir indefinidamente. Tem aliados na África do Sul e Rodésia e até no Brasil. Mas a luta, o imposto, as tropas no estrangeiro, a perseguição de liberais que querem abrir um diálogo com os Africanos, tudo isso contradiz a doutrina de Portugal segundo a qual a África Portuguesa é diferente de todo o resto da África. As colónias portuguesas podem comprovar o elo mais fraco na cadeia recentemente forjada da África do Sul dominada pelos brancos".

(in "The Times", Londres, 7.4.1967)

## Difusão Europeia do Livro

a editora dos grandes lançamentos

entrega ao público duas importantes novidades: OS JUDEUS, discutido romance de Roger Peyrefitte, e CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA, de Lucien Goldmann, e acaba de reeditar O DESPERTAR DOS MÁGICOS, de Louis Pauwells e Jacques Bergier; QUESTÃO DE MÉTODO, A IMAGINAÇÃO e AS PALAVRAS, de Jean-Paul Sartre e O SEGUNDO SEXO, de Simone de Beauvoir.

Pedidos:

DIFUSÃO EUROPEIA DO LIVRO  
RUA BENTO FREITAS, 362 — 4.º ANDAR  
SÃO PAULO

# SOLIDARIEDADE AOS ESTUDANTES

A Juventude portuguesa continua sendo a maior razão de esperança de quantos lutam contra o salazarismo. Apesar de todas as repressões, ela não se verga e prossegue dando exemplos de unidade e organização. O governo fascista vem procurando recentemente reorganizar a ridícula Mocidade Portuguesa numa tentativa de envolver os jovens do nosso país. Estes, porém, reagiram imediatamente. No Porto, a C.P.A. dos liceus enviou a todos os professores uma carta aberta sobre esse problema da reorganização da M.P., chamando a atenção para a necessidade de tomar em relação a ela uma posição. Esta carta foi largamente divulgada entre os estudantes, através de um boletim informativo. As C.P.As. de Lisboa e Porto resolveram realizar durante as férias do carnaval um encontro de dirigentes à escala nacional, com o objetivo de coordenar a sua atividade, muito especialmente em relação à luta contra a M.P.

Em setores particulares, como na Escola de Belas Artes do Porto, a tentativa de envolvimento realiza-se de forma diferente. Aqui, as autoridades fascistas criaram um Centro de Estudos, cuja organização se mantém nebulosa, mas cujos objetivos são evidentes. Este organismo, cujos estatutos já foram aprovados pelo Ministério da Educação, sem conhecimento dos estudantes, não pretende abordar apenas os problemas do ensino, mas todos os problemas da Escola. Trata-se, como é evidente, de uma manobra de grande envergadura destinada a restringir o trabalho da Associação Acadêmica. O Centro de Estudos representa uma forma de ação particular para pôr em prática a "ação social do governo", reprimindo as Associações Acadêmicas. Assim, na Escola de Belas Artes do Porto, quando os dirigentes da Associação requerem a direção subsídios para compra de material de papelaria e despesas da cantina, fofores respondido que esses subsídios seriam distribuídos, mas não à Associação Acadêmica. E mais tarde o diretor confirmou que fôra resolvido conceder cerca de 200 contos portugueses com esse fim ao Centro de Estudos. Os estudantes portugueses estão reagindo contra esta manobra, defendendo as suas associações, resultado de longos anos de luta e única forma eficiente de organização. E esta, em Portugal, começa logo no ensino secundário. No mês de março, os estudantes do liceu Alexandre Herculano do Porto deram um grande exemplo de trabalho. Conseguiram recobrir mais de 300 assinaturas de

protesto contra uma medida arbitrária sobre as aulas de Educação Física e, resistindo à pressão do Reitor, que pretendia obrigá-los a desistir dessa ação, levaram o abaixo-assinado ao Governador Civil do Porto, a fim de ser encaminhado ao Ministério da Educação.

Como não podia deixar de acontecer, a generosidade dos jovens não nega o seu apoio à luta pela anistia, quer dos seus colegas estudantes, quer dos restantes presos políticos. Assim, está circulando entre os estudantes de todo o país um abaixo-assinado pedindo a libertação de José Bernardino, que está prestes a entrar em medidas de segurança.

O apoio internacional ao combate travado pelos jovens portugueses é extremamente encorajador. Como se sabe, o dia 24 de março foi considerado Jornada de Solidariedade com os Estudantes Portugueses. Em Dresden, na Escola Superior de Transportes realizou-se um meeting de solidariedade aos jovens portugueses, no qual participaram cerca de 130 pessoas, na maioria estudantes estrangeiros, pois a reunião teve lugar em período de férias. Na Universidade Técnica verificou-se uma exposição de fotografias sobre a luta dos estudantes e do povo português, assim como uma recolha de assinaturas para a libertação de José Bernardino. Verificaram-se ações idênticas nas Universidades de Berlim (Humboldt) e de Leipzig. No meeting de Dresden um estudante português tomou a palavra para denunciar os crimes do fascismo contra a juventude. Foi em março de 1962 — disse — que se radicalizou o conflito entre estudantes e governo, quando este proibiu o "Dia do Estudante". Centenas de policiais cercaram a Cidade Universitária de Lisboa, tendo prendido, de uma só vez, 1.200 estudantes. A luta estendeu-se às Universidades de Coimbra e do Porto. Seguiram-se numerosas expulsões das universidades. Desde então, o movimento estudantil português não cessou de ganhar consciência e de se politizar. Milhares de jovens estudantes têm vindo a integrar-se na luta do proletariado e do povo português contra a guerra colonial e pela instauração da Democracia em Portugal. Depois de contar as torturas empregadas pela PIDE contra os jovens presos, o estudante português referiu-se mais especialmente aos casos de Carlos Aboim Inglês e de José Bernardino, o primeiro gravemente doente, com lesão da coluna vertebral, complicações pulmonares e cardíacas graves e uma úlcera no duodeno, e que se encontra in-

ternado num hospital-prisão, que não dispõe dos recursos necessários para o seu tratamento. Quanto a José Bernardino, já cumpriu a pena a que foi condenado em 1962 recordou o estudante português, que terminou assim a sua intervenção no meeting de Dresden: "Caros amigos, a vossa presença neste meeting prova que os estudantes portugueses não estão sós, prova que Salazar não conseguirá isolar o movimento estudantil português. A vossa solidariedade continuará a ajudar-nos. Liberdade para Carlos Aboim Inglês e José Bernardino! Liberdade para todos os estudantes presos! Abaixo o fascismo e o colonialismo!"

A União Internacional dos Estudantes, que todos os anos organiza uma campanha internacional para apoiar os estudantes que lutam contra a ditadura portuguesa, este ano fez um apelo às Uniãos Nacionais de todo o mundo para celebrarem este dia no sentido de exprimirem a sua solidariedade com os estudantes portugueses de uma forma ainda mais eficaz. Este ano o motivo principal é a libertação de José Bernardino. A UIE chamou também a atenção para a situação dos outros estudantes presos, para as reivindicações do movimento as-

sociativo e para a criminoso guerra que o governo português vem realizando em África. No documento que enviou às Uniãos Nacionais, a UIE declara: "Estamos justamente orgulhosos pelo apoio que temos dado aos estudantes portugueses. Todas as organizações estudantis, apesar da divergência que existem entre elas, apoiam a luta dos estudantes portugueses. Este é um dos mais brilhantes resultados a que chegamos e ao mesmo tempo um considerável aspecto da nossa ajuda aos estudantes portugueses. Esforçamo-nos este ano por desenvolver campanhas concretas e mais eficazes. Os estudantes portugueses podem estar certos que a comunidade estudantil mundial está com eles e com a sua nobre luta".

## RÁDIO VOZ DA LIBERDADE

Ouça a emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional às quartas e sábados, a partir das 01,15 (hora de Portugal) em ondas curtas de 25, 31 e 49 metros e médias de 230 e 320 metros.

## UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS

# A visita do Papa

(Continuação da pág. 4)

gal apenas de forma clandestina — estão em frontal oposição, pois não só delas divergem como frontalmente as contrariam.

Não haveria portanto uma visita oficial. Apenas uma breve estadia de um dia, inteiramente dedicada aos seus motivos, evitando cuidadosamente ouvir sequer os motivos dos outros, se é que esses outros teriam coragem de os expor...

Não pôde o Papa evitar de ser recebido, no pequeno aeroporto de Monte Real, pela fina flor do fascismo português, que se fez presente pelas suas figuras mais representativas, desde o ditador até o mais ignorado de seus fâmulos.

Saudou-o o chamado Presidente Tomás e foi por ele recebido em audiência que, segundo os jornais, teve a breve duração de nove minutos (sic) o próprio ditador. Nada certamente foi discutido pois não poderia sê-lo sem se abordarem questões das mais incômodas para ambas as partes, como por exemplo a proscricção do Bispo do Porto e a prisão de dirigentes da Ação Católica, como Manuel Serra, já há anos padecendo nas masmorras da PIDE. Também não creio que o ditador, ao solicitar e conseguir, parece que a duras penas, essa entrevista, tivesse em mente qualquer motivo de ordem espiritual, ele que sempre se afirmou católico mas que desde sempre esteve em oposição às doutrinas da Igreja; o ditador, evidentemente, desejou apenas

mostrar ao mundo que o Papa não se furtava a recebê-lo. Tratou-se, pura e simplesmente, de propaganda para efeitos externos, se bem que não acreditemos que haja resultado exatamente como foi planejado pois é evidente que, no curto espaço de nove minutos, e levando em linha de conta que uma boa parte deles foram consumidos em cumprimentos e mesuras, nada foi discutido.

Tratou-se portanto de uma conversa anódina, apenas, repito, com a intenção de suscitar repercussão externa, a qual, lamentavelmente para o ditador e felizmente para os que amam a liberdade acima de todas as coisas, absolutamente não resultou, como o atestam as notícias que nos estão chegando de todas as partes do mundo, algumas indo mesmo até condenar a visita e a entrevista.

Não vamos tão longe. A visita justificava-se plenamente do ponto de vista da Igreja; a entrevista, a que Paulo VI acabou não podendo furtar-se sem correr o risco de parecer incivil, teve para ele uma finalidade que muito provavelmente, com a sua fina inteligência, não deixou de vislumbrar: homem de Deus o Papa, pôde ver e falar com aquele que na nossa infância nos era apresentado como a fonte de todos os males; o Demo, esse mesmo, travestido na figura acaciana e velhaca de um velho decrépito, odiado por todos os que na nossa terra lhe sofrem os desmandos há nada menos que quatro séculos...

Portanto Paulo VI não perdeu inteiramente a viagem...

## NOTAS...

(Continuação da pág. 3)

dários do salazarismo sem Salazar falam no vazio, multiplicam os contactos com os adversários mais moderados do regime, procuram desesperadamente uma fábua de salvação. Mas coisa alguma salvará o fascismo do naufrágio a que está historicamente condenado. De nós, democratas do Interior e do Exterior, depende que sejam criadas as condições mais favoráveis para que o levantamento nacional, a insurreição popular seja em breve uma realidade em Portugal.

MOREIRA DE CAMPOS

(Continuação da pág. 5)

ra o "Comércio do Porto", quando da segunda guerra mundial. A sua bibliografia deixou, entre outros livros: — "Invasão da Inglaterra", "A Guerra do Mar", "Luta pelo Poder Naval", "D. Francisco de Almeida, Vice-Rei da Índia".

Mais ainda que o distinto e valente e corajoso oficial da Armada, que o culto e inteligente escritor, merece o cidadão e democrata "duma só fé", o político íntegro de nobre caráter e consciência republicana, a gratidão de todos os portugueses que amam a Liberdade e a República que ele defendeu e serviu como os melhores e mais dignos e honrados do seu tempo.

## Toalhas Plásticas rendadas

AUMENTE SEUS LUCROS VENDENDO TOALHAS DOS MAIS VARIADOS MODELOS E DE FINO ACABAMENTO FABRICADAS PELA MAIOR INDÚSTRIA DO GÊNERO NO PAÍS. DESCONTOS ESPECIAIS PARA REVENDEDORES. PARA MAIORES ESCLARECIMENTOS, FAÇA UMA VISITA OU ESCREVA PARA:

PRAÇA DA SÉ. 17/21  
SÃO PAULO

## PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL  
Otávio Martins de Moura  
SUCURSAL

RIO DE JANEIRO: Rua General Pedra, 215 — Tel.: 43-0202

REPRESENTANTES

RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva — Rua Real da Torre, 819 — 1.º

CURITIBA: Antonio Serpa — Rua Dr. Muriel, 712

LONDRINA: Julio Duarte — Edifício Centro Comercial — Apto. 141

PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 — Pelotas — Rio Grande do Sul

INGLATERRA: Portuguese And Colonial Bulletin — 10 Pentman Road, London, S.W. 8

BRUXELAS: Carlos Figueira — Rue Jolly, 77 Schaarbeek — Bruxelles 3

HOLANDA: ANGOLA COMITE — Vinkenstraat 13 — Amsterdam — C.

CANADA: Portuguese Canadian Democratic Association 10 — Eden Place Toronto 2B — Ontário

A. dos Santos 7564 d'Outremont Ave. — Apt. 1 Montreal 15, P.Q.

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casilla de Correo n.º 2.128 — Distrito 5 — Montevideo

CHECOSLOVAQUIA: João Ribeiro — Postovní Úrad/Jindřiská UL. C.14 Schránka 646 — Praha 1 Tchecoslovaquie

FRANÇA: Grupo de Amigos de «Portugal Democrático»

FRANÇA: Grupo de Amigos de «Portugal Democrático» — 2, Place François Villon — Escalier E — La Courveneuve — Seine — França

REDAÇÃO: Rua Conselheiro Furtado, 191 Sala 2 — Tel.: 37-0933 — São Paulo

Caixa Postal 6248

Composto na Editora Gráfica Supertipo Limitada Rua Almeida Torres, 119 — S. P.

EXPEDIENTE: Dias úteis: das 19 às 22 horas Sábados: das 15 às 19 horas Número avulso . . . . . NC: \$ 0,20 Assinatura anual . . . . . NC: \$ 3,00

ANO XI — N.º 118 — JUNHO DE 1967

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por consequente de sua exclusiva responsabilidade.



agência TRIÂNGULO de seguros s. a.

SEGUROS DE VIDA EM GRUPO E COLETIVOS DE ACIDENTES PESSOAIS

RUA BRAULIO GOMES 107 - 4.º andar - conjunto 42

Telefones: — 32-4882 e 37-2774

Endereço Telegráfico: — "CAMBRONNE"

SÃO PAULO

# O EMB. DA ARGÉLIA PRESIDE ATO DE SOLIDARIEDADE A ANGOLA

O lançamento do livro "Angola: Cinco Séculos de Exploração Portuguesa", de Américo Boavida, militante do M.P.L.A. e nosso colaborador, serviu de pretexto a uma das mais significativas manifestações de solidariedade ao povo angolano já realizadas em São Paulo.

Por se tratar de uma obra que, com numeros e factos irrefutáveis, desmascara o fascismo-colonialista português, entenderam os democratas brasileiros e portugueses mais diretamente ligados aos problemas da guerra colonial que importava assegurar-lhe a máxima divulgação no Brasil. Para esse efeito, em colaboração com as Editoras Civilização Brasileira (autora do lançamento) e Brasiliense decidiu-se promover no dia 16 de maio uma tarde de autógrafos em que o autor, ausente — no cumprimento de missão confiada pelo MPLA na 3.ª Região da guerra angolana — seria representado por uma alta personalidade africana. O problema da escolha nem chegou a colocar-se porque se encontrou logo a melhor cooperação do Embaixador da República Argelina Democrática e Popular, Dr. Hafid Keramane, que se prontificou a deslocar-se expressamente a São Paulo a fim de presidir ao ato e autografar os exemplares em nome do autor. Por outro lado, o que emprestou à solenidade uma repercussão ainda maior ampliando-lhe o âmbito e o significado, os consules gerais da República Árabe Unida e da Síria compareceram também, emprestando com a sua presença o testemunho vivo da solidariedade dos seus países à causa da independência do povo angolano.

A imprensa e a rádio de São Paulo contribuíram também, para o êxito da iniciativa, dando-lhe uma divulgação excepcional. O jornal "O Estado de S. Paulo", por exemplo, publicou na íntegra o prefácio que o nosso companheiro de redação Miguel Urbano Rodrigues escreveu para o livro de Américo Boavida, a convite daquele patriota angolano. E houve rádios que anunciaram durante dois dias em todos os seus programas noticiosos a realização da "tarde de autógrafos".

Tudo se conjugou portanto para o sucesso verdadeiramente invulgar que alcançou a manifestação do dia 16, realizada no salão da Livraria Brasiliense cuja mostra exibiu uma grande cartaz alusivo ao Ato, rodea-

do, em arranjo feliz, de dezenas de exemplares da obra de Américo Boavida.

Durante cerca de duas horas, o Embaixador Keramane — tendo ao lado os consules gerais da RAU e da Síria e seus assessores srs. Mahmud Khelili e Mustafa, do pessoal diplomático da Embaixada, e o jornalista argelino Lounes Labhiri — autografou em nome do autor os exemplares adquiridos pelo numeroso público que compareceu, mais de duzentas pessoas de todas as camadas e profissões.



## Apelo ao Itamarati

Publicamos abaixo o texto do documento que os participantes do ato redigiram e enviaram ao ministro das Relações Exteriores do Brasil:

Exmo. Senhor Ministro das Relações Exteriores — Dr. José Magalhães Pinto Palácio do Itamaraty

Reunidos em São Paulo, no ato de lançamento do livro "ANGOLA CINCO SÉCULOS DE EXPLORAÇÃO PORTUGUESA", da autoria do médico e intelectual angolano Américo Boavida — ato presidido por Sua Excia. o Embaixador da República Argelina Democrática e Popular, Dr. Hafid Keramane —, os signatários, deputados, professores universitários, escritores, jornalistas, estudantes e operários, brasileiros e portugueses, aproveitam esta mani-

festação de solidariedade ao povo de Angola, em luta pela sua independência, para solicitar de V. Exa. a adoção, na esfera diplomática, de medidas que traduzam claramente a repulsa do povo brasileiro pela guerra colonial imposta à nação angolana pelo governo de Salazar. Como V. Exa. salientou no dia 10 do corrente mês perante a Câmara dos Deputados o "Brasil não pode deixar de se solidarizar, por motivos éticos e políticos, com as aspirações dos povos africanos de que se ponha termo ao colonialismo e ao racismo". Entretanto, paradoxalmente, o Brasil continua a oferecer sustentação diplomática ao governo fascista de Salazar, o qual teima em desconhecer as Resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral das Nações Unidas relativas à imediata cessação das ações de genocídio em curso e ao direito à autodeterminação e à independência dos povos de Angola, Moçambique e Guiné (Bissau) — 31 de julho e 12 de dezembro de 1963 e 23 de novembro e 21 de dezembro de 1965 —, merecendo a condenação universal.

É essa política de apoio de facto ao colonialismo que, de acordo com os princípios ora enunciados por V. Exa., esperamos ver substituída por outra que interprete corretamente os sentimentos da Nação.

São Paulo, 16 de maio de 1967.

aas) Florestan Fernandes, professor universitário; Fernando Perrone, deputado estadual; Boris Fausto, professor universitário; António D'Elia, escritor; Maria D'Elia, funcionária; Pedro de Vasconcelos, estudante; Dora Costa Pais da Silva, estudante; Paulo Dantas, escritor; Joaquim Barradas de Carvalho, professor universitário; Manuel Myre Dorez, engenheiro; Carlos Serrano, técnico agrícola; Helder Costa, rep. comercial; Manoel Boto, securitário; Caio Graco Prado, editor; Nahum Jorge Abraão, comerciante; José W. Maia, comércio; Rui G. Lopes, estudante; Fanny da Costa Lopes, prendas domésticas; Acílio da C. Lopes, topógrafo; Joaquim Quitério, contabilista; Odila Dudus, jornalista; Regina Duarte, professora; Wilde Weber, desenhista; Marly Reis Ribeiro, estudante; Clovis de Castro, estudante; Rogério F. da Silva, estudante; A. P. Santos, estudante; Wladislau Belo, estudante; Josué Carneiro, estudante; Gastão F. Stein, estudante; Luiz B. Rodrigues, estudante; Emanuele Pereira, comércio; José M. da Silva Bodas, operário; José Paulo Pais, escritor; Helena Silveira, escritora; Paulo Magalhães Gomes, comércio; Ely Menna Barreto M. Gomes; Christina de Queiroz, estudante; Ruy Martins, jornalista; Lenine Alexandre, operário; Rolando Roque da Silva, poeta; Suzana Cruz Sampaio, professora; Lygia Fagundes Telles, escritora; António Correia, operário; Ellen Rosemberg, estudante; Benedito da Silva, operário; B. Arranna Sanches, industrial; José Celso Martinez Correia, diretor de teatro; Victor A. Gouveia, jornalista; Lilla Araujo, jornalista; Odon Pereira, vereador; Sylvio Band, estudante; Walfredo Ramalho dos Santos, livreiro; Judite Patarra, jornalista; Augusto Aragão, auditor; Manoel Ferreira Moura, técnico industrial; Manoel Garcia, advogado; Francisco Vidal,



O Embaixador Hafid Keramane autografa o exemplar do nosso companheiro de redação, Joaquim Barradas de Carvalho

jornalista; Castro Soromenho, escritor; e outras assinaturas ilegíveis.

## Saudação ao Presidente do M.P.L.A.

Foi também enviada ao presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola uma saudação. O documento é do seguinte teor:

Exmo. Senhor Presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola, Dr. Agostinho Neto ERAZAVILLE

Reunidos em São Paulo no ato de lançamento do livro "ANGOLA CINCO SÉCULOS DE EXPLORAÇÃO PORTUGUESA", da autoria de Américo Boavida, militante do M.P.L.A. — ato presidido por Sua Excia. o Embaixador da República Argelina Democrática e Popular, Dr. Hafid Keramane — os signatários, deputados, professores universitários, escritores, jornalistas, estudantes e operários brasileiros aproveitam a oportunidade para reafirmarem a sua irrestrita solidariedade à luta que o povo de Angola trava pela sua independência e, certos de interpretarem os sentimentos da imensa maioria dos brasileiros, ligados por inquebrantáveis laços de sangue e de cultura às populações angolanas, saudam por intermédio de V. Exa. os combatentes heroicos do MPLA, empenhados contra o colonialismo e o imperialismo numa batalha que não é apenas vossa e da África mas de toda a humanidade democrática e progressista.

São Paulo, 16 de maio de 1967.

aas) Florestan Fernandes, professor universitário; António D'Elia, escritor; Maria D'Elia, func. pública; Carlos Azevedo, jornalista; Boris Fausto, professor universitário; Caio Graco Prado, editor; Paulo M. Gomes, comerciante; Jamil Almansur Haddad, poeta; Paulo Dantas, escritor; Fernando Perrone, deputado estadual; Paulo Mendes de Almeida, escritor; Ely Magalhães Gomes Menna Barreto, bibliotecária; Maria Lourdes de Barros, prendas domésticas; A. Figueiredo, professora; Dora Costa Pais da Silva, funcionária; Marly Reys Ribeiro, estudante; Rogério F. da Silva, estudante; António Anunziato, livreiro; Rolando Roque da Sil-

va, poeta; Gastão F. Stein, estudante; Benedito Martins, livreiro; Hilde Weber, desenhista; Oswaldo Spinelli, jornalista; Eduardo Sucupira Filho, jornalista e professor; Tracy C. Ermidas, prendas domésticas; Sara de Mello, funcionária; Celia Moura, estudante; L. Figueiredo, estudante; Tomé C. Rubens, estudante; C. Castro, estudante; Lourenço Serrano, Representante do Governo da República Espanhola no Exílio; José W. Maia, comércio; Helena Silveira, escritora; Lygia Fagundes Telles, escritora; Christina de Queiroz, estudante; Wladislau Belo, estudante; A. R. Santos, estudante; José Paulo Pais, escritor; B. Arranna Santos, industrial; Ruy Martins, jornalista; Suzana Cruz Sampaio, professora; José Celso Martinez Correia, diretor de teatro; Lilla Araujo, jornalista; Victor Antonio Gouveia, jornalista; Emanuel Sanches, operário; Benedito da Silva, operário; António Correia, textil; Sylvio Band, estudante; Odon Pereira, vereador; Walfredo Ramalho dos Santos, livreiro; Judite Patarra, jornalista; Thea Gomes, estudante; e outras assinaturas ilegíveis.

Entre as dezenas de democratas portuguesas que compareceram figuraram os escritores João Sarmiento Pimentel, presidente do Centro Republicano Português e Adolfo Casais Monteiro. "Portugal Democrático" estava representado pelo seu diretor, Otávio Martins de Moura, e pela quase totalidade dos elementos que nele trabalham.



Os Consules da República Árabe Unida e da República Árabe Síria conversam com os juristas brasileiros Rezende Puech e Paulo Jorge de Lima e com o nosso companheiro de redação Miguel Urbano Rodrigues